

Área da Administração e Justiça

Parte I Balanço de Execução das Acções Governativas de 2020

Em 2020, a área da Administração e Justiça prossegue com diversos trabalhos desenvolvidos em três áreas prioritárias, nomeadamente, a reforma da administração pública, o aperfeiçoamento do sistema jurídico e os serviços municipais que facilitam a vida dos cidadãos e dos comerciantes. Embora a pneumonia causada pelo novo tipo de coronavírus tenha provocado diversas incertezas e dificuldades na acção governativa, promovemos, de forma ordenada, os diversos trabalhos definidos nas Linhas de Acção Governativa para o ano de 2020 na área da Administração e Justiça, com base no apoio e na supervisão de todos os sectores da sociedade, a par da coesão e do esforço conjunto da equipa da Administração e Justiça.

I. No domínio da Administração Pública

Impulso ordenado da reforma da Administração Pública

No segundo trimestre de 2020, a Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública concluiu a recolha e análise das informações relativas às funções orgânicas, à estrutura dos serviços, à afectação, recrutamento e mobilidade de pessoal, ao circuito dos serviços públicos e à quantidade de serviços prestados e fez uma revisão sobre três das maiores áreas no âmbito dos serviços públicos: estrutura, pessoal e serviços prestados, no quarto trimestre, irá elaborar um plano e auscultar as opiniões da sociedade sobre a orientação do aperfeiçoamento da reforma da Administração Pública e respectivo trabalho e auscultar as opiniões da sociedade.

Concretização da reestruturação do primeiro grupo de serviços públicos

A Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública elaborou preliminarmente os princípios e padrões a seguir para a reestruturação dos serviços públicos e a afectação de pessoal, que foram aplicados no primeiro grupo de serviços públicos que foram determinados para serem reestruturados. A reestruturação do primeiro grupo de serviços públicos baseou-se na integração das funções do Gabinete do Porta-voz do Governo no Gabinete de Comunicação Social, das funções do Gabinete de Gestão de Crises do Turismo na Direcção dos Serviços de Turismo e das funções do Gabinete para o Desenvolvimento do Sector Energético na Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental, na fusão dos Serviços de Apoio da Sede do Governo e do Gabinete de Protocolo, Relações Públicas e Assuntos Externos, passando a constituir a Direcção dos Serviços para os Assuntos da Sede do Governo, na fusão da Direcção dos Serviços do Ensino Superior e da Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, passando a constituir a Direcção dos Serviços de Desenvolvimento de Educação e Juventude.

Após terem sido sinteticamente analisadas as necessidades quanto ao futuro desenvolvimento do sector das ciências e da tecnologia em Macau, determinou-se que não obstante a atribuição da função de impulsionar o desenvolvimento deste sector à Direcção

dos Serviços de Economia, deve ser mantida a existência do Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia, de modo a dar apoio aos estudos científicos e à inovação industrial.

Promoção activa da construção da governação electrónica

A Lei n.º 2/2020 (Governação electrónica) e o Regulamento Administrativo n.º 24/2020 (Regulamentação da governação electrónica) entraram em vigor no dia 27 de Setembro, e em Maio, já foram publicadas a “Regulação de padrões de gestão da cibersegurança” e a “Regulação de alerta, resposta e comunicação de incidentes da cibersegurança”.

A Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública deu continuidade à optimização do Centro de Computação em Nuvem e de várias plataformas de dados, das quais a plataforma aberta de dados já foi transferida do “Piloto de computação em nuvem” para a “Produção em nuvem”, tendo sido efectuada a entrega das “Orientações de referência relacionadas com os trabalhos da publicitação de dados do Governo da RAEM” aos diversos serviços públicos. A publicitação de dados passou de 170 conjuntos de dados, envolvendo um total de 7 serviços públicos, para mais de 280, envolvendo 15 serviços públicos.

Tendo em conta as necessidades do combate à epidemia, estabelecemos o mecanismo de divulgação de informações sobre a ocorrência de incidentes imprevistos nos serviços públicos, e acrescentámos módulos informáticos na aplicação para telemóvel “Acesso comum aos serviços públicos da RAEM”, permitindo assim o acesso dos cidadãos às informações do Governo e à organização dos serviços prestados na plataforma uniformizada.

Com recurso à tecnologia do reconhecimento facial, os cidadãos podem proceder à abertura da sua “Conta única de acesso comum”. Iremos proceder ininterruptamente à promoção da electrónica sobre os serviços públicos que registam maior taxa de utilização e uma grande área de influência.

No que respeita à gestão interna, foi lançado, em 2020, o “Sistema de comunicações oficiais e de gestão de documentos oficiais e de processos para os serviços públicos”. A partir de 27 de Setembro, concretizou-se a implementação da electrónica na movimentação, entre os serviços públicos, de ofícios não sujeitos à apreciação superior.

Desenvolvimento ordenado de projectos interdepartamentais

Em 2020, deremos prioridade ao acompanhamento de dois projectos de colaboração interdepartamental que mais têm perturbado a população: a repetição de obras de escavação nas vias públicas e o problema das infiltrações de água nos edifícios.

Quanto à resolução dos problemas levantados com a repetição das obras de escavação nas vias públicas, o Instituto para os Assuntos Municipais, em conjunto com outros serviços públicos competentes, empresa fornecedora de energia eléctrica, empresa de abastecimento de água e companhias de telecomunicações, iniciou estudos para criar um mecanismo de coordenação através da elaboração de diplomas legais.

No âmbito da resolução dos problemas relacionados com as infiltrações de água nos edifícios, foi proposta a criação de um mecanismo jurídico que seja viável para responder às dificuldades encontradas na entrada em domicílios para proceder à inspecção e procurar a origem das infiltrações, bem como na não cooperação dos moradores daqueles domicílios.

Aperfeiçoamento da gestão e do recrutamento dos trabalhadores dos serviços públicos

A Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública procedeu a uma análise sobre o posicionamento de competências e o regime de delegação de competências. Foi proposta, em articulação com o princípio da delegação de competências, uma revisão faseada das normas que regulam as competências dos dirigentes e chefias dos diferentes níveis e em articulação com o princípio da delegação de competências. Procedeu-se ainda à análise da alteração das disposições sobre os direitos e deveres, bem como, as responsabilidades disciplinares do pessoal de direcção e chefia, de modo a apresentar proposta para a optimização da construção do regime de responsabilização dos mesmos.

Foi ainda concluída a revisão do regime de recrutamento da função pública e apresentadas sugestões de alteração às normas envolvidas em concursos do Regime de gestão uniformizada.

Aperfeiçoamento do mecanismo de formação dos trabalhadores dos serviços públicos

Foi concluído, no terceiro trimestre de 2020, o relatório da revisão sobre o mecanismo de formação dos trabalhadores dos serviços públicos, com sugestões apresentadas. Em colaboração com o Centro de Formação da Administração Pública da Universidade de Macau, organizou em Setembro a primeira edição do “Curso de formação de liderança para os trabalhadores dos serviços públicos”, optimizando o mecanismo de gestão de quadros qualificados dos serviços públicos. Além disso, o Governo da RAEM e a Universidade de Macau cooperaram na realização de um *workshop* temático sobre governação electrónica para o pessoal das áreas de exploração do sistema informático e de gestão do sistema de redes, de modo a elevar a capacidade do pessoal da área de informática no domínio do desenvolvimento da plataforma do Centro de Computação em Nuvem.

II. No domínio das acções da área jurídica

Aperfeiçoamento do mecanismo de coordenação e concertação legislativa

Em 2020, procedemos à revisão integral do mecanismo de coordenação e concertação legislativa, definimos os princípios e os critérios relativos à integração dos projectos no planeamento legislativo, estabelecemos um novo modelo de funcionamento do processo legislativo, criámos um mecanismo permanente de comunicação sobre o andamento dos

projectos legislativos, e efectuámos um acompanhamento atempado do andamento dos projectos de elaboração de diplomas, coordenando a resolução dos problemas políticos e técnicos encontrados durante a elaboração e assegurando a conclusão dos projectos legislativos dentro do prazo e com qualidade.

Concretização dos trabalhos de produção e recensão legislativa

De acordo com o planeamento legislativo para o ano 2020, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau apresentou à Assembleia Legislativa sete propostas de lei, incluindo: “Alteração à Lei n.º 13/2001 – Regime do curso e estágio de formação para ingresso nas magistraturas judicial e do Ministério Público”, “Alteração à Lei n.º 9/2002 – Lei de Bases da Segurança Interna da Região Administrativa Especial de Macau”, “Estatuto dos agentes das Forças e Serviços de Segurança”, “Alteração à Lei n.º 1/2001 – Serviços de Polícia Unitários da Região Administrativa Especial de Macau”, “Lei da actividade farmacêutica da medicina tradicional chinesa e da inscrição de medicamentos tradicionais chineses”, “Regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios e recintos” e “Regime jurídico da construção urbana”.

Por outro lado, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau concluiu a revisão da lei sobre a Proibição da prestação ilegal de alojamento, tendo apresentado sugestões de alteração, elaborou o “Regime de gestão dos mercados públicos” e a Alteração à Lei n.º 14/2009 – Regime das carreiras dos trabalhadores dos serviços públicos. A Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça tomou como referência o conteúdo do “Relatório Final da Consulta Pública sobre o Regime Jurídico da Renovação Urbana de Macau”, e procedeu ao aperfeiçoamento do projecto de lei sobre o regime jurídico da renovação urbana que irá submeter à apreciação da Assembleia Legislativa em 2021.

Em articulação com as prioridades da acção governativa do Governo da Região Administrativa Especial de Macau, concretizando a luta contra a epidemia e a estabilização economia, a resolução dos problemas sociais e da vida da população e o aperfeiçoamento da construção de regimes e regulamentos, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau elaborou e publicou, em 2020, mais de 40 regulamentos administrativos. procedimentos para a promoção dos trabalhos de recensão legislativa da próxima fase.

Lançamento de um novo modelo de divulgação jurídica *online* e *offline*

A Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça continuou a desenvolver as acções de promoção e divulgação sobre a Constituição e a Lei Básica, tendo lançado o novo modelo de divulgação jurídica *online* e *offline*. Em colaboração com os serviços públicos e associações civis, foi organizada uma série de “Actividades Comemorativas do 27.º Aniversário da Promulgação da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau” e

uma série de “Actividades no âmbito do Dia Nacional da Constituição”. Em colaboração com a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, foi lançado o “Programa de formação jurídica para docentes”. Foram também realizados o “Concurso de concepção das actividades de divulgação jurídica para estudantes do ensino superior” e o “Jogo *online* de desafios sobre conhecimentos jurídicos”, entre outros, e foram convidados especialistas e académicos para redigirem uma série de artigos sobre a Constituição.

A Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça aperfeiçoou o conteúdo do “*Website* sobre informações jurídicas da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau”, criou o sistema de consulta jurídica de inteligência artificial e organizou um grupo de cerca de 100 voluntários para a divulgação jurídica e jovens juristas para se deslocarem à Grande Baía e conhecerem a situação actual das cidades do Interior da China e a constituição do seu sistema jurídico.

Promoção do intercâmbio inter-regional e internacional

A Alteração ao Acordo sobre os Pedidos Mútuos de Citação ou Notificação de Actos Judiciais e de Produção de Provas em Matéria Civil e Comercial entre os Tribunais do Interior da China e os da Região Administrativa Especial de Macau e o Acordo sobre os Pedidos Mútuos de Citação ou Notificação de Actos Judiciais em Matéria Civil e Comercial entre a Região Administrativa Especial de Macau e a Região Administrativa Especial de Hong Kong entraram em vigor, respectivamente, em Março e Agosto de 2020, tendo a vigência destes dois acordos conduzido ao aumento da eficiência da cooperação judiciária inter-regional.

A Lei n.º 1/2020 (Estabelece as normas fundamentais para a aplicação do Direito da Região Administrativa Especial de Macau na Zona do Posto Fronteiriço da Parte de Macau do Posto Fronteiriço Hengqin e nas suas zonas contíguas) foi publicada e implementada em meados de 2020. Os trabalhos de construção da plataforma para troca de informações legislativas na Grande Baía e de criação da plataforma de mediação na Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau foram afectados devido à epidemia, pelo que os serviços da área jurídica de Guangdong, Hong Kong e Macau irão realizar, no final de 2020, uma reunião conjunta de alto nível para se definirem as propostas de ajustamento dos respectivos projectos.

Com a delegação de poderes e o apoio do Governo Central, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau concluiu, em 2020, as negociações preliminares para a celebração do Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal com Portugal, bem como do Acordo de Cooperação Jurídica e Judiciária em Matéria Civil e Comercial com a Mongólia, estando em curso o acompanhamento dos trabalhos subsequentes para a respectiva assinatura, entre outros. Para além disso, mantiveram-se as negociações preliminares com Angola e Brasil sobre o Acordo de Transferência de Pessoas Condenadas, o Acordo de Entrega de Infractores em Fuga e o Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal. Ao mesmo tempo, manteve-se o diálogo com o Vietname, Filipinas, Espanha,

Timor-Leste e Cabo Verde no âmbito do início das negociações preliminares sobre o estabelecimento de acordos de cooperação judiciária.

O Governo da Região Administrativa Especial de Macau apresentou as respostas à lista de questões sobre o 3.º relatório relativo à Convenção Contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes, sobre o 2.º e 3.º relatório consolidado relativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, e sobre o 2.º relatório relativo ao cumprimento do Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos, relatando as medidas adoptadas pela Região Administrativa Especial de Macau para a concretização das diversas disposições das referidas convenções sobre os direitos humanos.

III. No domínio dos serviços municipais

Prevenção e combate à epidemia, construção de uma cidade saudável

Durante o período mais severo do combate à epidemia, o Instituto para os Assuntos Municipais procedeu, de forma contínua, à limpeza e à desinfecção dos espaços e instalações públicas, dos domicílios das pessoas infectadas, dos hotéis onde se encontravam as pessoas em quarentena e das vias envolventes. Após a reabertura gradual dos postos fronteiriços, prosseguimos com o reforço da limpeza e desinfecção dos postos fronteiriços e dos pontos turísticos. Desde o mês de Junho, o Instituto para os Assuntos Municipais tem vindo a colaborar com várias associações, para a realização da “Campanha de Limpeza de Edifícios e Bairros Habitacionais” e da “Campanha de Controlo e Eliminação de Roedores em Edifícios e Bairros Habitacionais” da actividade denominada “Limpeza dos Bairros, Participação Conjunta e Combate Conjunto à Epidemia”, eliminando na fonte a proliferação de roedores e reduzindo o risco de ocorrência e disseminação da epidemia.

As obras de 70 instalações sanitárias públicas estarão praticamente concluídas em finais de 2020, encontrando-se, no entanto, as obras de renovação das instalações sanitárias da zona de churrasco da Praia de Hac Sá (Coloane) e do Parque de Seac Pai Van suspensas devido a outros projectos. As obras das restantes 11 instalações sanitárias públicas serão concluídas no 2.º trimestre de 2021 devido ao impacto da epidemia ou das outras obras.

A fim de evitar a entrada, em Macau, do novo tipo de coronavírus através da importação de produtos alimentares em cadeia fria, o Instituto para os Assuntos Municipais, acrescentou em Junho, testes de ácido nucleico de novo tipo de coronavírus, e, a partir dos meados de Agosto, tem aumentado para 100 por dia a recolha de amostras de ácido nucleico e implementado um sistema de rastreio das fontes dos produtos alimentares importados em cadeia fria. Além disso, reforçou a limpeza e desinfecção dos estabelecimentos de importação de produtos da cadeia fria, mercados municipais, entre outros, e prosseguiu com a realização de testes do ácido nucleico do novo tipo de coronavírus para os trabalhadores de distribuição de produtos da cadeia fria e vendedores de peixe nos mercados.

Durante o combate à epidemia, o Instituto para os Assuntos Municipais manteve uma comunicação estreita com os fornecedores e os sectores envolvidos, garantindo,

com o apoio das alfândegas do Interior da China, um fornecimento adequado de porcos vivos, vegetais e outros produtos alimentares frescos no mercado de Macau, e divulgou diariamente o volume de produtos alimentares frescos fornecidos a Macau e o seu preço médio de venda a retalho, aliviando assim as preocupações da sociedade e assegurando a ordem normal do mercado.

Desentupimento contínuo das redes de esgotos para atenuar o problema das inundações

O Instituto para os Assuntos Municipais reforçou as inspecções tendentes a verificar as condições das caixas de visita e colectores, tendo procedido às acções de desentupimento, limpeza e manutenção. Antes da chegada da época de tufões e chuvas, reforçou as acções de inspecção e limpeza das redes de esgotos localizadas nos pontos críticos de inundação, a fim de atenuar o máximo possível o problema das inundações provocadas pelas chuvas torrenciais ou marés astronómicas. Reforçou também a fiscalização do despejo ilegal proveniente de estaleiros de construção e estabelecimentos de restauração, lançando, através da realização de sessões de esclarecimento, um apelo ao sector para garantir a desobstrução da rede de esgotos.

O Instituto para os Assuntos Municipais continua a prosseguir com o desenvolvimento da obra de construção da *Box-Culvert* da Estação Elevatória de Águas Pluviais do Norte do Porto Interior, prevendo-se que 80% da obra esteja concluída no final deste ano de 2020 e que a sua conclusão final tenha lugar no primeiro trimestre de 2021. A obra de construção das válvulas de controlo de marés ao longo das áreas costeiras da Taipa já foi concluída em meados de 2020, estando os trabalhos de estudo da viabilidade da gestão informatizada das redes de esgotos, em curso.

O Instituto para os Assuntos Municipais já seleccionou 13 locais com condições para a instalação de contentores de compressão de lixo. Até ao final do ano de 2020, 8 contentores de compressão de lixo encontrar-se-ão instalados e em funcionamento.

Aperfeiçoamento do ambiente e aumento do espaço de lazer

Foram concluídas as obras da 2.^a fase do circuito pedonal no Lago das Casas-Museu, e as obras de reordenamento da zona de diversão infantil do Parque Natural da Taipa Grande e do Jardim Luís de Camões. As obras de construção de um novo troço de 250 metros que irá prolongar a Pista de Bicicletas Flor de Lótus da Taipa em direcção ao Hotel Broadway estarão praticamente concluídas neste ano de 2020, encontrando-se a decorrer o estudo da concepção preliminar das obras de ligação entre a Pista de Bicicletas Flor de Lótus e a Pista de Bicicletas da Zona de Lazer da Marginal da Taipa.

O corredor costeiro verde na margem sul da Península de Macau, cujas obras da primeira fase foram afectadas devido à situação epidemiológica e porque alguns dos equipamentos não foram entregues a Macau no prazo previsto, estará aberto ao público no primeiro trimestre de 2021. Além disso, deu-se prioridade à ordenação e optimização

da Quinta Feliz e da área para churrasco na Praia de Hac Sá, com o intuito de disponibilizar estas instalações aos cidadãos.

Em 2020, está a ser desencadeada, sucessivamente, a concepção das obras e a abertura do concurso público de cinco terrenos. Sobre os terrenos BT do Centro da Taipa, será dada prioridade à resolução dos problemas actualmente existentes com as águas acumuladas e as questões de higiene e salubridade subjacentes. O terreno situado em frente ao Posto Fronteiriço de Qingmao na Avenida do Comendador Ho Yin será aproveitado para a construção de uma instalação fronteiriça de apoio para o escoamento do fluxo de pessoas, prevendo-se que a elaboração do plano de construção esteja concluída em 2021.

Foram concluídas as obras de optimização dos passeios no Fai Chi Kei, e as obras de optimização das acessibilidades na Freguesia de São Lázaro, prevendo-se que as obras de optimização dos passeios no Bairro lao Hon e no Hipódromo sejam concluídas no terceiro trimestre de 2020. Foram seleccionados os finalistas do concurso de concepção do “Sistema pedonal livre de obstáculos na Colina de Mong-Há”, organizado em colaboração com a Associação dos Arquitectos de Macau. Prevê-se que os trabalhos de concepção das obras de optimização das vias públicas do bairro da Areia Preta, de lao Hon e da Praça de Ponte e Horta estejam concluídos até ao final de 2020. O estudo para o planeamento dos espaços públicos de Toi San e de lao Hon e dos espaços públicos da margem sul do Porto Interior está, presentemente, a ser desenvolvido.

Reforço na gestão dos mercados municipais e aumento da transparência

O Instituto para os Assuntos Municipais, através da tomada de medidas, tais como, a reajustamento das fontes de abastecimento e a criação de um ponto de trânsito em Doumen, assegurou a estabilidade do fornecimento de porcos vivos para Macau. Com a colaboração da Sociedade Nam Kuong e da Sociedade Nam Yue, o preço de venda a grosso de porcos vivos fornecidos a Macau manteve-se inalterado desde o início deste ano, tendo-se até registado um ligeiro decréscimo em inícios de Junho. Através do reforço das inspecções e aumento da transparência dos preços, entre outras medidas, exigimos aos responsáveis dos talhos de venda de carne de porco e aos supermercados que reduzissem o preço da venda a retalho da carne de porco fresca para responder concretamente aos desejos dos cidadãos.

Em 2020, o Instituto para os Assuntos Municipais adoptou várias medidas para aumentar a transparência dos preços nos mercados municipais e a frequência das inspecções sanitárias às bancas e instalações dos mercados municipais, bem como reforçar as acções de limpeza e desinfectação nos lugares públicos dos mercados municipais. Foi elaborada a proposta de lei do Regime de Gestão dos Mercados Municipais, de modo a assegurar o funcionamento ordenado dos mercados municipais e salvaguardar os direitos e interesses legítimos dos consumidores em geral.

Concluimos a obra de ampliação do Mercado Municipal da Taipa, e iniciámos a concepção do planeamento sobre as obras de melhoramento do Mercado Municipal

da Horta e Mitra. Atendendo ao grande impacto causado pela mudança do Mercado Vermelho, serão adiadas a mudança para um mercado temporário e a execução das obras de reordenamento de forma a que se possa proceder adequadamente às medidas complementares atinentes ao mercado temporário.

Aumento qualitativo da arborização e protecção das árvores antigas

Em 2020, o Instituto para os Assuntos Municipais irá plantar cerca de 1 800 mudas de árvores nas principais artérias urbanas e concluir a plantação de vegetação em treze passagens superiores para peões e nove depósitos de lixo. Relativamente à recuperação florestal, já prosseguimos com as acções de recuperação de cinco hectares de área florestal plantando cerca de 5 000 mudas de árvores, tendo também remodelado dois hectares das zonas florestais plantando um total de 2 000 mudas de árvores. Plantámos, em todo o ano, um total de 7000 mudas de árvores.

Em Junho de 2020, incluiu-se pela primeira vez na “Lista de Salvaguarda de Árvores Antigas e de Reconhecido Valor”, árvores antigas privadas. No 4.º trimestre do corrente ano, serão incluídas nesta lista mais 66 árvores antigas situadas em espaços públicos e privados. O Instituto para os Assuntos Municipais irá continuamente fiscalizar e avaliar a saúde das árvores antigas e de reconhecido valor, bem como, tomar as medidas de gestão e protecção necessárias de acordo com o crescimento destas árvores.

Colaboração para efeitos de prevenção epidémica e reforço da inspecção e da recolha de amostras

O Instituto para os Assuntos Municipais tem dado continuidade à inspecção dos estabelecimentos que produzem e comercializam géneros alimentícios, tendo inspeccionado, durante o ano inteiro, cerca de 6 000 estabelecimentos e realizado inspecções regulares em cerca de 2 800 amostras de produtos alimentares. Concluiu vários inquéritos específicos, nomeadamente, o “Inquérito sobre o teor de metais pesados e micotoxinas nos alimentos infantis”, o “Inquérito sobre os microrganismos patogénicos nos alimentos assados e marinados em molho de soja e pratos frios chineses” e o “Inquérito especializado dos alimentos de churrasco”, e publicou os seus resultados.

Na sequência do “Acordo-Quadro de Intercâmbio e Cooperação nos Trabalhos de Segurança Alimentar Guangdong-Macau”, em 2020, a província de Guangdong e Macau celebrarão novamente o mesmo acordo. No dia 21 de Setembro de 2020, o Secretário para a Administração e Justiça e a Administração Geral das Alfândegas assinaram o “Acordo de cooperação de supervisão de segurança de géneros alimentícios fabricados em Macau e fornecidos para o Interior da China”, auxiliando a expansão das exportações das empresas de Macau a expandir em direcção ao mercado do Interior da China.

O Regulamento Administrativo - Limites máximos de resíduos de pesticidas em géneros alimentícios, entrou em vigor em 28 de Abril de 2020.

Parte II Linhas de Acção Governativa para o ano de 2021

I. No domínio da Administração Pública

1. Aperfeiçoamento do sistema de competências e responsabilidades e da estrutura dos serviços

Definição dos princípios de configuração da estrutura dos serviços públicos

Em 2021, procederemos à definição dos princípios básicos de configuração da estrutura administrativa e à concretização dos mesmos na reestruturação dos serviços públicos, incluindo as funções, constituição e níveis dos serviços públicos, a configuração e dimensão das subunidades orgânicas, a reestruturação dos serviços públicos, entre outros princípios e critérios.

Aperfeiçoamento do regime de delegação de competências e clarificação do posicionamento de competências e responsabilidades

Proceder-se-á, em 2021, ao acompanhamento da alteração das disposições legais relacionadas com os princípios de delegação de competências, bem como a uma organização e revisão das competências legais dos respectivos serviços dos níveis de direcção de serviços no decorrer do processo de reestruturação dos serviços, por forma a aperfeiçoar os regimes jurídicos, otimizar os procedimentos administrativos e fomentar a descentralização.

Revisão da estrutura dos fundos autónomos e aperfeiçoamento da legislação

Em 2021, prosseguir-se-á, com enfoque, à revisão dos distintos tipos de fundos autónomos existentes dentro do Governo da RAEM, incluindo a redução das despesas de funcionamento desnecessárias, a uniformização dos critérios de candidatura ao apoio financeiro, o reforço de fiscalização das modalidades de apoio financeiro, a integração de apoios financeiros de naturezas semelhantes coexistentes nos fundos e a efectivação da reestruturação ou fusão que se revelarem necessárias nos fundos.

2. Consolidação plena da construção da governação electrónica

Alargamento do âmbito de aplicação e das funções da “Conta única de acesso comum”

Em 2021, dar-se-á continuidade à promoção da aplicação para telemóvel “Acesso comum aos serviços públicos da RAEM”. Será aditada a funcionalidade da carteira digital, com vista a tornar efectiva a digitalização do cartão de leitor do Instituto Cultural, cartão do

idoso do Instituto de Acção Social, cartão de utente (Cartão dourado) dos Serviços de Saúde e cartão de sócio “Sport Easy” do Instituto do Desporto, com o propósito de atrair mais cidadãos para a utilização da “Conta única de acesso comum”.

Serão lançados, com recurso à “Conta única de acesso comum”, os sistemas mais genéricos, tais como a marcação e espera para o tratamento de assuntos nos serviços públicos, a consulta sobre o andamento da aprovação dos pedidos, a marcação prévia de espaços, bem como, a inscrição em actividades, entre outros, com vista a incentivar os serviços públicos a prestarem, numa plataforma uniformizada, mais serviços electrónicos aos cidadãos.

Aumento da conveniência através da electronização dos serviços públicos

Em 2021, continuar-se-á a utilizar a plataforma de recursos de dados do Centro de Computação em Nuvem, e através da interconexão de dados entre os serviços, prosseguir-se-á com uma melhor optimização do processo dos serviços prestados.

Continuar-se-á a lançar novos projectos relativos às certidões electrónicas e títulos digitais, entre outros e, ao mesmo tempo, aproveitar a funcionalidade de autenticação de dados de identificação na “Conta única de acesso comum”, para reduzir os documentos a serem apresentados pelos cidadãos e simplificar o processo dos serviços prestados.

Aperfeiçoamento da electronização de gestão interna dos serviços públicos

Em 2021, continuaremos a promover a utilização do “Sistema de gestão de comunicação oficial, documentos oficiais e de processos” e, serão aumentadas novas funcionalidades de registo da circulação interna dos documentos nos serviços e de emissão de orientações de trabalho ou despachos, entre outras, tornando efectiva a electronização de todo o processo de circulação dos documentos.

Serão criadas funções para gerir, requerer e apreciar dados pessoais que se prendem com a assiduidade, trabalho extraordinário, faltas e férias, acesso e renovação do contrato, aposentação e liquidação das contas de previdência, entre outros. Estudaremos o desenvolvimento de um sistema comum para a gestão financeira e de patrimónios.

3. Reforço da gestão e formação dos funcionários públicos

Optimização do mecanismo de mobilidade e de afectação do pessoal

Em 2021, o Governo da RAEM irá rever o actual regime de mobilidade dos trabalhadores dos serviços públicos, e irá determinar claramente as razões de que a reafectação de trabalhadores para outros serviços onde haja necessidade de pessoal poderá ter lugar por razões de fusão e reestruturação dos serviços, a transferência de funções, a integração e a simplificação dos procedimentos de serviços, no sentido de aproveitar plenamente os recursos humanos e controlar o número total de trabalhadores.

Proceder-se-á à revisão e análise geral da situação da afectação do pessoal nos diversos serviços públicos, bem como à definição dos princípios de afectação de pessoal. A fim de articular com os trabalhos de reorganização das funções dos serviços públicos, será implementada a gestão do número de quota de trabalhadores dos serviços públicos e reforçado o controlo da dimensão do pessoal.

Revisão e optimização da configuração de certas carreiras

Em harmonia com o desenvolvimento da governação electrónica, irá criar as condições necessárias para permitir a mobilidade horizontal dos trabalhadores dos serviços públicos através da alteração da lei do regime das carreiras e da simplificação da configuração das carreiras.

Aprofundamento da educação sobre a realidade do país e aperfeiçoamento da formação de quadros qualificados

Em 2021, continuarão a ser ministradas acções de formação temática sobre a realidade do país. Ao mesmo tempo, proceder-se-á à reorganização dos cursos de formação para os trabalhadores dos serviços públicos, ao aperfeiçoamento do mecanismo para a avaliação dos cursos e ao estudo aprofundado, com base na experiência adquirida na realização do curso, sobre a construção da equipa de quadros qualificados de direcção e chefia e o regime de reserva de quadros qualificados do Governo da RAEM.

Reforço do espírito de equipa e coesão, com carinho, suporte e estímulos

Na base do actual regime de avaliação do desempenho e com a optimização de medidas estimuladoras, serão incentivados os trabalhadores com bom desempenho de trabalho, motivados a participarem mais e reforçada a coesão dos trabalhadores e o espírito de equipa.

Em 2021, o Governo continuará a prestar apoio financeiro aos trabalhadores dos serviços públicos com mais carências económicas, cuidando da sua saúde física e mental, mediante serviços de exame médico regular e apoio psicológico.

Promover-se-á, juntos dos serviços públicos, a organização de actividades para incentivar os trabalhadores a apresentarem propostas de optimização dos trabalhos quotidianos dos próprios serviços ou dos seus postos de trabalho, motivando-os a uma participação activa e à contribuição para a reforma e inovação. Promover-se-ão, através da realização de actividades em colaboração com diferentes associações de trabalhadores dos serviços públicos, a comunicação e o intercâmbio entre trabalhadores de diferentes serviços, carreiras e áreas funcionais.

4. Definição do regime para optimizar a colaboração interdepartamental

No âmbito das vias públicas, mediante a elaboração de regulamentos administrativos, iremos reorganizar o mecanismo de comunicação e coordenação entre os serviços públicos

e as empresas concessionárias, visando controlar rigorosamente a repetição das escavações num curto espaço de tempo, diminuindo substancialmente o impacto causado nas deslocações dos cidadãos.

No âmbito dos problemas relacionados com as infiltrações de água nos edifícios, iremos criar, recorrendo à elaboração de um projecto de lei específico, um mecanismo de inspecção profissional e de resolução de litígios sobre as infiltrações de água e procuraremos, para tal, uma solução viável.

5. Apoio à eleição para a 7.ª Assembleia Legislativa

O ano de 2021 será o ano das eleições para a 7.ª Assembleia Legislativa da RAEM. O Governo da RAEM irá reforçar a divulgação e criar uma cultura eleitoral saudável. Simultaneamente, será dada a colaboração necessária nos trabalhos da Comissão de Assuntos Eleitorais da Assembleia Legislativa (CAEAL), coordenando e organizando, com empenho, os trabalhos preparatórios das eleições para a 7.ª Assembleia Legislativa, apoiando a CAEAL na elaboração de instruções e na revisão e melhoramento dos procedimentos eleitorais, para garantir que as eleições sejam realizadas com imparcialidade, justiça, publicidade e integridade.

II. No domínio das acções na área jurídica

1. Consolidação dos resultados obtidos no planeamento e coordenação da produção legislativa

Aperfeiçoamento contínuo da coordenação e concertação da produção legislativa

A Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça irá, alargar e otimizar gradualmente a estrutura e as funções da plataforma de informações sobre a produção legislativa, bem como determinar os modelos de formatos electrónicos destinados para uso dos serviços públicos na elaboração dos documentos jurídicos, a fim de uniformizar os actuais critérios de formato das propostas de lei, dos projectos de regulamento administrativo e dos documentos legislativos complementares, aumentando assim a eficiência da elaboração.

Reforço da participação no planeamento na fase inicial da criação de projectos

Em 2021, em conformidade com os princípios e exigências concretas previstos nas instruções relativas à criação de projectos do planeamento legislativo, iremos proceder a uma avaliação rigorosa dos projectos que os serviços públicos pretendam incluir no planeamento legislativo, sendo apenas incluídos no planeamento anual os projectos que preencham os requisitos. Em relação aos projectos cuja criação não seja proposta, os serviços da área jurídica irão estudar, em conjunto com os serviços funcionais competentes, a

necessidade e a viabilidade da produção legislativa, no sentido de se preparar bem a inclusão destes projectos legislativos no planeamento anual do próximo ano.

2. Dedicção à promoção da produção legislativa nas áreas-chave

Produção específica da legislação relacionada com os assuntos socioeconómicos

Iremos alterar o Decreto-Lei n.º 122/84/M – Regime das despesas com obras e aquisição de bens e serviços. O decreto-lei foi implementado há mais de 30 anos, tornando-se necessário proceder à sua alteração para se adequar ao desenvolvimento social.

Iremos elaborar o Regime jurídico do controlo de migração e das autorizações de permanência e residência na Região Administrativa Especial de Macau, para aperfeiçoar a gestão da migração e combater a imigração ilegal e a permanência ilegal.

Alteração à Lei n.º 7/2006 – Estatuto do Pessoal da Carreira do Corpo de Guardas Prisionais. No sentido de otimizar a carreira profissional do Corpo de Guardas Prisionais, clarificar a distribuição de tarefas entre os diferentes níveis de pessoal, elevar o moral do pessoal no activo e atrair mais indivíduos a ingressarem no Corpo de Guardas Prisionais, para fazer face à situação de gestão dos serviços prisionais cada vez mais complexa e agravada.

Iremos elaborar o Regime jurídico da renovação urbana, legislando principalmente sobre matérias de modelo de renovação, demarcação de zonas, alojamento, mecanismo de compensação e resolução de conflitos. A proposta de lei será concluída no segundo semestre de 2021 e submetida à apreciação da Assembleia Legislativa.

Iremos elaborar a Lei sindical, estabelecendo o estatuto jurídico e os direitos e deveres dos sindicatos através de lei específica, de modo a que os sindicatos desenvolvam as suas funções na promoção e na concertação do desenvolvimento harmonioso das relações laborais. A proposta da lei será submetida oportunamente à apreciação da Assembleia Legislativa conforme a situação da consulta pública.

Iremos alterar a Lei n.º 16/2001 – Regime jurídico da exploração de jogos de fortuna ou azar em casino, com o objectivo de resolver os problemas existentes e orientar o sector do jogo para um desenvolvimento saudável. A proposta da lei será submetida oportunamente à apreciação da Assembleia Legislativa conforme a situação da consulta pública.

Iremos elaborar o Regime geral do controlo e fiscalização de substâncias perigosas, para regulamentar de forma uniformizada o comércio, o armazenamento e a venda das substâncias perigosas, entre outros. A proposta de lei será concluída no segundo semestre de 2021 e submetida à apreciação da Assembleia Legislativa.

Iremos elaborar o Estatuto dos centros de apoio pedagógico complementar particulares do ensino não superior, com vista a aperfeiçoar, a nível jurídico, o respectivo regime. A

proposta de lei será concluída no segundo semestre de 2021 e submetida à apreciação da Assembleia Legislativa.

Iremos elaborar o Regime de responsabilidade e sancionatório da segurança dos equipamentos de elevadores, definindo o regime jurídico relativo à instalação, vistoria e manutenção dos equipamentos de elevadores. A proposta de lei será concluída no segundo semestre de 2021 e submetida à apreciação da Assembleia Legislativa.

Aproveitamento da capacidade dos profissionais para promover a revisão legislativa

Em 2021, iremos aproveitar a capacidade dos profissionais locais e do exterior e daremos prioridade à promoção dos trabalhos legislativos relativos ao desenvolvimento do sector financeiro. Através da cooperação com os advogados e outros profissionais locais com vasta experiência prática no âmbito do processo judicial e tendo como orientação proporcionar condições favoráveis à vida da população e à actividade das empresas e aumentar a eficiência, iremos rever os diplomas legais relacionados com os processos judiciais e continuar a promoção dos trabalhos de revisão legislativa.

3. Impulso contínuo à recensão da legislação previamente vigente

Em 2021, com base no consenso alcançado com a assessoria da Assembleia Legislativa relativamente aos critérios técnicos, a Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça irá proceder aos trabalhos de adaptação e integração de 554 leis e decretos-leis previamente vigentes, promulgados no período compreendido entre 1976 e Dezembro de 1999, e ainda em vigor; bem como discutir no grupo de trabalho constituído com a assessoria da Assembleia Legislativa sobre os textos. Além disso, a Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça irá iniciar a recensão das leis e dos regulamentos administrativos promulgados após o retorno de Macau à Pátria, revendo a sua situação de vigência.

4. Alargamento do pensamento para elevar a eficácia da divulgação jurídica

Reunião das forças populares para reforçar a divulgação jurídica

Em 2021, continuaremos a organizar, em conjunto com vários serviços públicos e associações civis, uma série de actividades em comemoração do 28.º aniversário da promulgação da Lei Básica e do Dia da Constituição Nacional 2021, entre outras; iremos criar grupos de voluntários em colaboração com mais associações; continuaremos a reforçar a cooperação com os serviços públicos e organismos profissionais, dando prioridade à divulgação das novas leis; iremos organizar mais acções de formação jurídica para os docentes dos ensinos primário e secundário.

Expansão dos canais de comunicação multimédia para a divulgação jurídica

Em 2021, iremos ampliar a utilização das tecnologias modernas dos meios de comunicação social e das plataformas de rede, realizando, através da transmissão em directo na *internet*, palestras de divulgação jurídica para elevar a eficácia da promoção jurídica.

Continuaremos a enriquecer a plataforma de informação jurídica, recorrendo a diversos suportes de transmissão para divulgação junto dos cidadãos.

5. Promoção de intercâmbios inter-regional e internacional

Aprofundamento dos serviços e cooperação entre Guangdong, Hong Kong e Macau

Em 2021, iremos discutir com os departamentos jurídicos de Guangdong e Hong Kong, no sentido de desenvolver, em grau mais elevado, as funções da Reunião Conjunta dos Departamentos Jurídicos da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, promovendo, em conjunto, a criação de um mecanismo de coordenação dos serviços jurídicos públicos entre Guangdong, Hong Kong e Macau, com vista a melhorar os respectivos serviços na Grande Baía. Iremos reforçar a cooperação entre Guangdong, Hong Kong e Macau no âmbito do registo e notariado, concretizando gradualmente a informatização total do registo comercial na área do investimento transfronteiriço na Grande Baía, através da criação de uma plataforma para publicação de informações do registo comercial e de emissão de certificados electrónicos no âmbito do registo comercial.

Promoção do intercâmbio e cooperação judiciária internacional

No âmbito da cooperação judiciária internacional, tendo em conta a evolução da epidemia da pneumonia causada pelo novo tipo de coronavírus no mundo e através de videoconferência e outros meios, iremos acelerar o desenvolvimento das negociações, com o Brasil, Angola, Timor-Leste e Cabo Verde, relativamente ao Acordo sobre a Entrega de Infractores em Fuga, ao Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal e ao Acordo de Transferência de Pessoas Condenadas. Paralelamente, iremos esforçar-nos pelo início das negociações com a Espanha sobre o Acordo de Transferência de Pessoas Condenadas.

Em 2021, a Região Administrativa Especial de Macau irá acolher a apreciação realizada pela Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência, em relação ao estado de execução da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a realizada pelo Comité dos Direitos do Homem, no tocante ao do Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos. O Governo da Região Administrativa Especial de Macau irá explicar, de forma detalhada, as medidas legislativas, administrativas e práticas adoptadas pela Região Administrativa Especial de Macau na concretização das disposições da Convenção e do Pacto em causa.

III. No domínio dos serviços municipais

1. Promoção das obras municipais para melhoria do ambiente

Revisão geral do modelo de recolha de lixo

Em 2021, o Instituto para os Assuntos Municipais continuará a aperfeiçoar os trabalhos de recolha de lixo, iniciará o estudo sobre o aperfeiçoamento do sistema de recolha de lixo, e, procederá ao estudo sobre o aperfeiçoamento do modelo de recolha e do mecanismo de gestão de recolha de lixo. O Instituto para os Assuntos Municipais irá melhorar o

sistema indutivo de abertura das portas e pretende-se instalar, ainda em 2021, pelo menos 10 contentores de compressão de lixo, otimizando os postos de recolha de lixo nas vias públicas que reúnam condições para serem transformados em contentores de compressão de lixo.

Actualmente, nas vias públicas e nas instalações municipais já foram instaladas 1 300 ratoeiras fixas e será melhorada a eficácia da prevenção e o combate aos roedores mediante a realização de inspecção electrónica e da análise dos dados recolhidos pelo sistema.

Reforço da inspecção e de desentupimento das redes de canalização para garantir a sua desobstrução

Em 2021 o Instituto para os Assuntos Municipais irá continuar a focar-se nos trabalhos de inspecção, desentupimento e de desobstrução nos pontos críticos de inundações. Reforçará também a utilização do sistema de videovigilância dos esgotos de modo a aumentar a frequência da inspecção e da limpeza das redes de esgotos e das caixas de visita. O Instituto para os Assuntos Municipais continuará a efectuar vistorias conjuntas aos equipamentos para verificar a retenção dos resíduos produzidos pelos estabelecimentos de restauração e estaleiros de obras de construção, de modo a reforçar a aplicação da lei com base na fonte de poluição aplicando sanções aos infractores.

Conclusão da obra da *Box-Culvert* da Estação Elevatória do Norte do Porto Interior

Prevê-se a conclusão da obra no 1.º trimestre de 2021 e que os testes serão concluídos no 2.º trimestre de 2021 e entrem em funcionamento posteriormente. Crê-se que, estando a obra de construção da *Box-Culvert* da Estação Elevatória de Águas Pluviais do Sul do Porto Interior concluída, se irá reforçar o efeito de prevenção das inundações da zona do Porto Interior.

2. Reforço da fiscalização da segurança alimentar em articulação com a prevenção da epidemia

Prevenção global através do reforço da fiscalização e aumento do número de amostras

Atendendo à mudança na situação da epidemia causada pelo novo tipo de coronavírus, iremos ajustar activamente as medidas de prevenção epidémica no âmbito da segurança alimentar para evitar a entrada em Macau, do novo tipo de coronavírus através de produtos alimentares em cadeia fria. Reforçaremos também o rastreamento da fonte, a fiscalização e o controlo das várias etapas que os produtos alimentares percorrem, desde a sua entrada na fronteira até à fase de retalho. Iremos promover acções regulares de prevenção e combate à epidemia, nomeadamente, através de análises de amostras de mercadorias, colheita de amostras para serem posteriormente analisadas, medidas de saneamento e desinfectação entre outras medidas, bem como o reforço da divulgação junto deste sector e da população em geral.

Criação de um regime de registo dos estabelecimentos de produção de géneros alimentícios

Iremos criar em 2021 um regime de registo obrigatório, de modo a reforçar a fiscalização das lojas que vendem produtos alimentares processados ou preparados e não estão abrangidas pelo actual regime de licenciamento. Iremos efectuar estudos no sentido de digitalizar os procedimentos de requerimento e registo supramencionados, para que, após a entrada em vigor do diploma legal para o efeito, o sector possa requerer o registo *online*.

Reforço do acordo de cooperação na área da segurança alimentar da Grande Baía

Nos termos do “Acordo-Quadro de Intercâmbio e Cooperação nos Trabalhos de Segurança Alimentar Guangdong-Macau” celebrado entre a Província de Guangdong e Macau, em 2021 continuaremos a desenvolver várias acções de formação em segurança alimentar e acções de intercâmbio para a redução de riscos, entre outras. No enquadramento da cooperação da segurança alimentar regional entre Guangdong, Hong Kong e Macau, iremos organizar “palestras para peritos da área da segurança alimentar/palestras temáticas sobre a segurança alimentar”, para fomentar o intercâmbio entre os serviços responsáveis pela segurança alimentar, instituições académicas e sectores profissionais das três regiões.

3. Aperfeiçoamento da gestão do regime e das instalações dos mercados municipais

Acompanhamento da revisão da lei relativa à gestão dos mercados públicos

Em 2021, em articulação com o processo legislativo do “Regime de gestão dos mercados públicos”, iremos elaborar directivas para a limpeza e funcionamento das bancas dos mercados municipais, reforçando-se assim as funções de gestão e supervisão do Governo. Continuaremos a cooperar com as organizações da sociedade civil na divulgação e promoção da uniformização dos pesos e medidas e na utilização do sistema decimal.

Reforma ordenada da gestão e introdução da electronização

Serão introduzidos ordenadamente sistemas de novas tecnologias e de gestão, nomeadamente, a balança electrónica e o pagamento electrónico, elevando a eficiência e a gestão dos mercados municipais. Em articulação com a criação da aplicação para telemóvel, os cidadãos poderão consultar os preços a retalho da mercadoria dos mercados municipais, contribuindo, assim, para uma maior transparência dos preços aí praticados.

Iremos estudar a integração do Mercado Municipal da Horta e Mitra no projecto-piloto. Tendo em mente a globalidade das opiniões dos cidadãos e dos vendilhões, iremos realizar um novo planeamento e concepção sobre o ordenamento e a disposição das bancas existentes, a fim de melhorar o ambiente e o funcionamento dos mercados tradicionais.

Iremos também efectuar o planeamento e organização da mudança de localização do Mercado Vermelho, especialmente no que diz respeito aos trabalhos relativos ao mercado temporário.

4. Embelezamento das vias e aumento dos espaços de lazer

Optimização das condições do percurso pedonal nos espaços públicos dos bairros comunitários

Em 2021, iremos iniciar, de forma gradual, as obras de optimização das vias públicas do bairro da Areia Preta, de Iao Hon e da Praça de Ponte e Horta. Tendo por base os resultados obtidos no “Concurso de Concepção do Sistema de Ligação Pedonal Sem Barreiras na Colina de Mong Há”, iremos avançar com a sua concepção detalhada.

Ampliação do Jardim Municipal e aumento dos espaços de lazer

Em 2021, iremos dar o início às acções de melhoria do Jardim Municipal da Taipa. Prevê-se que a sua concepção esteja concluída no 2.º trimestre de 2021, para logo iniciar o concurso público para as obras no 4.º trimestre. A conclusão do plano director do parque de terras húmidas junto das Casas-Museu da Taipa está prevista para o ano de 2021. Iremos também aproveitar e revitalizar um antigo armazém actualmente abandonado na zona das Casas-Museu da Taipa, transformando-o num centro de educação ecológica para os jovens com vista a promover acções de conservação da Natureza.

Construção faseada de um trilho de lazer na Ilha de Coloane

Iremos construir, de forma faseada, ao longo das principais vias públicas de Coloane, um trilho de lazer seguro e aprazível, que irá ligar os principais pontos de lazer de Coloane. A primeira fase da construção do trilho de lazer da Ilha de Coloane terá como ponto de partida o Parque de Seac Pai Van, passando pela Vila de Coloane, Granja do Óscar e por fim interligando a Praia de Cheoc Van. Prevemos concluir em 2021 a concepção da segunda fase de construção do trilho de lazer e dar início às respectivas obras prolongando o trilho em direcção à praia de Hác-Sá.

5. Aumento quantitativo e qualitativo para o reforço da arborização urbana

Colmatação das deficiências e elevação da qualidade para promover de forma ordenada a arborização urbana

Em 2021 iremos adoptar a estratégia de arborização urbana “preencher os espaços vazios e elevar a qualidade”, de forma a aumentar os espaços verdes nas zonas de elevada densidade populacional, melhorar o ambiente dos bairros e elevar a qualidade da arborização. Iremos prosseguir com as acções de arborização das principais artérias urbanas, com o plano para plantar cerca de 3 200 mudas de árvores por todo Macau, acrescentando um número adequado de canteiros e melhorando o ambiente estético verde da cidade.

Recuperação florestal contínua e criação de uma base de dados

Após a recuperação de 5 hectares de área florestal em 2020, iremos continuar a acelerar em 2021 a promoção da recuperação de cerca de 15 hectares de área florestal, de modo a conseguir completar 120 hectares de recuperação florestal em 2024. Com o intuito de conservar os recursos das áreas montanhosas e evitar a desflorestação ilegal, continuaremos a efectuar acções de vigilância através de “*drones*” e criar uma base de dados.